A SEMANA
na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

22 a 28 de Março de 1992 Nº 30

ÁFRICA DO SUL: Referendo consolida a democratização?

O presidente sul-africano Frederik de Klerk obteve uma importante vitória política, no dia 17 de março. Nesta data realizou-se um referendo, no qual a população branca manisfestou-se acerca da manutenção ou não do processo de negociação, entre o governo e diversas organizações políticas — entre as quais o Congresso Nacional Africano (ANC), o Partido Democrata (DP) e o Partido Comunista Sul-Africano (SACP) —, das bases da reestruturação do sistema político sul-africano, aos quadros da CODESA (Conferência para uma África do Sul Democrata). Tendo sido atingido um nível inédito de participação — 85% dos eleitores habilitados compareceram às urnas —,o "SIM" venceu com uma larga margem de vantagem: 68,6% dos eleitores disseram "sim", contra 31,4% que responderam negativamente (em números absolutos, 1.924.186 votos para o "sim", 875.619 para o "não"; o "sim" recebeu 79% dos votos dos anglófonos e 62% dos votos dos africaners). Esta significativa diferença representa o isolamento dos setores que se opõem ao desmantelamento do apartheid, conduzido pelo mesmo partido que institucionalizou o "desenvolvimento separado" nos anos 40-80. De Klerk , que consolidou sua liderança na comunidade branca, afastando a chamada "síndrome de Gorbachev", não hesitou em afirmar que "nasceu uma nova África do Sul".

Após o 17 de março, efetivamente, alterou-se a paisagem política sul-africana, tanto no plano externo quanto no interno. No plano externo tornou-se possível visualizar a queda das sanções, que tanto prejuízo causaram à economia sul-africana. Foi justamente por temer um reforço do isolamento internacional do país,caso vencesse o "não",que as grandes empresas sul-africanas, a começar pelo poderoso conglomerado Anglo-American (cf. A Semana nº22) apoiaram de forma decidida, e, segundo diversos analistas, decisiva, o voto pelo "sim". As esperanças dos empresários acerca da suspenção das sanções, com o consequente revigoramento dos fluxos de capitais e investimentos estrangeiros, parecem estar bem fundamentadas, posto que a Dinamarca já anunciou o cancelamento das sanções comerciais, enquanto Inglaterra e Portugal demonstraram a intenção de fazer com que a CE intervenha junto à ONU, pedindo a suspensão de todas as sanções. No plano regional, a concertação necessária entre a África do Sul e seus vizinhos para o combate à maior seca desde 1991 na África Austral poderia ser um passo para a constituição de uma comunidade econômica da região (nos quadros de uma "Constelação de Estados"?) [Cabe recordar que a principal organização Regional, a SADCC (Conferencia para a Coordenação do Desenvolvimento da África Austral), tem como objetivo básico a diminuição da dependência dos seus países membros em relação à África do Sul].

No plano interno, há uma reordenação da configuração política. A confirmação da irreversibilidade das reformas faz com que o ANC desponte indiscutivelmente como a principal força, seguido pelo Partido Nacional (que vem tentando atrair os indianos e mestiços). O Inkatha perdeu muito do espaço de

NESTA EDIÇÃO:

Falecimento do escritor Manuel Ferreira p.01

Retaliações contra a UNITA p.02

O anteprojeto constitucional do Movimento para a Democracia p.04

Novo ataque da Renamo p.04

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEAA do Conjunto Universitário Candido Mendes.
Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembléia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

que dispunha — as pesquisas lhe atribuem um nível de apoio muito baixo. Mas a democratização do país não será fácil. A violência, que matou mais de 5.000 pessoas em conflitos étnico-políticos, é o maior empecilho. Segundo Jennifer Kibbe, pesquisadora do Investor Responsability Review Center, "nenhum acordo a nível nacional terá grande significado se a situação continuar inalterada". Os conflitos, geralmente atribuídos à rivalidade entre ANC e Inkatha, podem ter sua origem, com vem sendo denuciado há meses, numa "terceira força", composta por direitistas brancos, que estariam executando ações cujo objetivo seria criar (ou ampliar) animosidade entre os grupos étnicos negros.
Existem fortes indícios de envolvimento do governo na atuação da "terceira força", pois uma série de atentados não parecem ter outro objetivo senão dividir as comunidades negras, tendo sido executados com precisão militar. Em suma, malgrado as perspectivas otimistas suscitadas pelo resultado do referendo, parece-nos acertada a conclusão de Kibbe, de que uma confirmação do comprometimento do governo, com tudo o que isso representa em termos de impacto político, pode abalar seriamente "a presunção popular de que a transição da África do Sul para uma democracia completa é inevitável". (pp. 5 e 12)

Portugal-PALOP: a cooperação é contínua.

Ampliam-se cada vez mais as ações concretas no âmbito da cooperação Portugal-PALOP. Com São Tomé e Príncipe, a cooperação soma vários projetos no âmbito militar, da polícia judiciária e no setor do transito. Em Angola, a participação portuguesa se verifica não somente na importante questão da formação de militares e da unificação e reestrutura - ção das futuras forças Armadas angolanas, mas também na montagem de estruturas para uma política de empregos e segurança social.

A TENENGE (Engenharia e Construções de Portugal, integrante do grupo brasileiro Odebrecht), fornecerá ao setor petrolífero angolano equipamentos no valor de US$ 17 milhões para a prospecção do valioso óleo, moeda de troca da economia angolana. (p. 1, 3 e 4)

ANGOLA: Savimbi acusa o MPLA e ambos são criticados pelos Bispos.

Jonas Savimbi responsabilizou o MPLA pela fuga de Nzau Puna e acusou Portugal de estar explorando a crise da UNITA com o objetivo de ajudar o MPLA na campanha eleitoral. O depoimento do presidente da UNITA surge logo após uma série de ataques, inclusive internacionais, contra a postura nebulosa do seu movimento na condução de suas crises internas. Savimbi aproveitou a oportunidade para acusar membros do executivo de Luanda de roubo de riquezas do país, juntamente com algumas personalidades portuguesas. O líder da UNITA, no entanto, teve que admitir a violação dos direitos humanos na Jamba e tentou minimizar o ato afirmando que as violações são fato comum em todas as guerras. Este comentário deixou claro para alguns observadores que dois quadros da UNITA desaparecidos, Tito Chingunji e Wilson dos Santos, certamente foram assassinados na Jamba. O comunicado anunciou ainda, que Abel Chivukuvuku será o novo responsável pelas relações exteriores da UNITA, em substituição à Tony da Costa Fernandes, que juntamente com Nzau Puna atuou como pivô da crise da UNITA.

Os bispos angolanos afirmaram, numa mensagem pastoral, que a reconstrução de Angola "só será possível se o MPLA e a UNITA merecerem e mostrarem confiança um no outro". O documento, que apresenta críticas severas à condução política implementada pelos movimentos, destaca atuação dos militares, no que diz respeito ao cessar-fogo. Os bispos angolanos além de responderem às aproximações implementadas pelos dois movimentos, explicitaram um receio quanto ao teor de agressividade e provocação presentes na linguagem das rádios dos dois movimentos.

Esse temor da Igreja possui sólidos fundamentos, se atentarmos para os ataques promovidos pela Vorgan (a rádio da UNITA) nesta última semana. A rádio denunciou um atentado contra Savimbi e ameaçou que tal fato seria seguido por uma "guerra total, imediata e sem fronteiras" (pp. 02 e 03).

Morreu o escritor Manuel Ferreira

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 18 MARÇO 1992

Mário Santos

Foi pioneiro no estudo das literaturas dos PALOP e autor de um romance célebre de temática cabo-verdiana "Hora di Bai". Morreu ontem em Lisboa, com 75 anos.

O escritor Manuel Ferreira, conhecido pelo seu trabalho pioneiro de divulgação e estudo das literaturas africanas de expressão portuguesa, morreu ontem em Linda-a-Velha, nos arredores de Lisboa, vitimado por uma crise cardíaca. Professor jubilado da Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa, tinha 75 anos e era casado com a escritora cabo-verdiana Orlanda Amarílis. O seu funeral realiza-se amanhã, às 10h30, da sua casa em Linda-a-Velha para o cemitério de Carnaxide.

Nascido em Gândara dos Olivais, em Leiria, Manuel Ferreira licenciou-se em Ciências Sociais e Políticas em Lisboa, tendo tido o seu primeiro contacto com África — onde permaneceria mais de dez anos como oficial do Exército português — em 1939, quando foi mobilizado para Cabo Verde. Aqui casou e viveu durante seis anos. Estreou-se como escritor, de características inicialmente neo-realistas, em 1[illegible]1, com "Grei", tendo publicado a seguir "Morna" (1948) e "Morabeza" (1958), refundidos e reeditados conjuntamente em 1972 pela editora Plátano, sob o título "Terra Trazida". A vida e a cultura cabo-verdianas estão na base destas obras, bem como do romance de 1962 "Hora di Bai" (reeditado em 1981 pela Plátano e em 1987 pela Europa-América).

Mas seria como estudioso das literaturas dos PALOP que Manuel Ferreira mais se destacaria, a ele se devendo a introdução do estudo daquelas literaturas no ensino universitário português, nomeadamente com a criação do Instituto de Estudos Africanos na Universidade Clássica de Lisboa, logo depois do 25 de Abril de 1974. Neste domínio, publicaria algumas obras fundamentais para o conhecimento destas literaturas, como a antologia em três volumes "No Reino de Caliban" (Plátano), o ensaio histórico "Literaturas Africanas de Expressão Portuguesa" (dois pequenos volumes editados na colecção Biblioteca Breve do Instituto de Cultura e Língua Portuguesa) e, mais recentemente, a antologia "50 Poetas Africanos".

Em 1978 fundou a revista "África", que ao longo de uma dezena de números se constituiu como veículo privilegiado não só das literaturas como das artes dos novos países africanos. Posteriormente fundou a A.L.A.C. (África-Literatura, Arte e Cultura), uma pequena editora onde fez sair, em 1988, o ensaio "Que Futuro para a Língua Portuguesa em África?". Foi também vice-presidente da antiga Sociedade Portuguesa de Escritores, extinta pela PIDE na década de 60, e presidente da Associação Portuguesa de Escritores. Actualmente, trabalhava numa volumosa "História das Literaturas Africanas", que deveria ser editada pela Caminho, e tinha quase pronto, para a Plátano, um "Grande Dicionário das Literaturas Africanas".

Contactado em Lisboa pelo PÚBLICO, o escritor cabo-verdiano Gabriel Mariano recorda-o como "um homem que se fez a si próprio e que, nessa medida, merece a nossa admiração" e salienta que Manuel Ferreira "foi um divulgador eficaz da literatura de Cabo-Verde e, posteriormente, das outras literaturas africanas de expressão portuguesa", embora "não o considere um escritor cabo-verdiano". E sobre as críticas e discordâncias que a obra de Manuel Ferreira não deixou de suscitar, nomeadamente por parte de alguns que consideravam ser a sua visão demasiado identificada com a dos poderes instituídos nas ex-colónias portuguesas, comenta: "Quem sabe faz, quem não sabe critica...".

Para Salvato Trigo, especialista em literaturas africanas de expressão portuguesa na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Manuel Ferreira foi "o primeiro e, sem dúvida, até hoje, o maior especialista" neste domínio:"Apesar das divergências que podemos ter, temos de reconhecer que o trabalho de investigação pioneiro de Manuel Ferreira foi sempre desenvolvido com a maior probidade intelectual". ■

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 18 MARÇO 1992

Mais cooperação militar entre S.Tomé e Portugal

O MINISTRO da Defesa e Ordem Interna de S. Tomé e Príncipe, o escritor Albertino Sequeira Bragança, inicia hoje uma visita oficial de oito dias a Portugal, a convite do seu homólogo português, Fernando Nogueira, com quem terá vários encontros oficiais.

O governante santomense, que visita Portugal pela primeira vez na qualidade de titular da referida pasta, faz-se acompanhar de uma reduzida delegação, da qual faz parte o tenente da artilharia Fernando Dangua, director da Divisão de Relações Públicas e Cooperação do ministério da Defesa.

Além da vertente da cooperação militar entre os dois países no âmbito da qual Portugal desenvolve seis projectos, Sequeira Bragança encontrar-se-á igualmente com o ministro português da Administração Interna com o qual analisará o incremento da cooperação nas várias vertentes da polícia.

Secretismo na imprensa

A referida visita tem sido objecto de um certo secretismo na imprensa santomense que ainda não fez referência ao facto. Todavia, uma fonte militar credenciada, contactada pelo PÚBLICO, qualificou de "excelentes" as relações com Portugal no domínio militar, mas frisou que a deslocação de Sequeira Bragança se efectua na perspectiva de "reforçá-las", particularizando a manutenção em São Tomé de um aviocar da Força Aérea portuguesa, que garante comunicações de emergência entre as ilhas de S. Tomé e Príncipe.

O responsável santomense leva na bagagem alguns projectos dos quais a cooperação trilateral, incluindo os Estados Unidos da América, para a guarnição das águas territoriais de S. Tomé e Príncipe sistematicamente pilhadas pelos arrastões e armadores estrangeiros não identificados. No quadro deste projecto, o governo norte-americano ofertou a S.Tomé uma lancha rápida de patrulha que custou cerca de 190 mil dólares e as autoridades deste país solicitaram a comparticipação de Portugal para garantir a formação de marinheiros para a referida lancha e outras acções no sector da Marinha de Guerra.

Outros projectos significativos são a restauração de casernas no centro de instrução militar e acções no domínio da engenharia militar

A referida visita coincide com a chegada, ontem, a S. Tomé, de uma missão da PSP que vai ajudar as autoridades locais na formação de quadros da PSP. Ainda neste sector, Portugal contribuiu igualmente com alguns equipamentos, nomeadamente fardamentos e chapéus para a polícia nacional, onde o Executivo português desenvolve cerca de 5 projectos, que incluem a formação de Polícia Judiciária e o ramo de trânsito. ■

Manuel Dende em S. Tomé

EXPRESSO, SÁBADO 21 DE MARÇO DE 1992

Ilhéu Bom-Bom (S. Tomé) abre a 1 de Agosto

O CONHECIDO ilheú Bom-Bom, na ilha do Príncipe (S. Tomé) vai revelar os seus encantos aos turistas mais afortunados a partir de 1 de Agosto. Nesta data será oficialmente inaugurado o aldeamento de luxo construído pelo empresário sul-africano Christian Hellinger naquele ilheú, alugado ao Estado São-Tomense pela módica quantia de 2200 dólares anuais (pouco mais de 300 contos), por um período de 99 anos.

O «Bom-Bom Island Resort» é composto por um conjunto de 25 «bungalows» em forma de cubatas, com capacidade para duas pessoas e equipados ao nível de um hotel de cinco estrelas. Vocacionado para uma clientela de altos rendimentos, o complexo oferece estadas de seis dias ao preço de 1785 dólares por pessoa (cerca de 258 contos, em pensão completa) ou uma diária a 350 dólares (pouco mais de 50 contos). Não são admitidas crianças com menos de 15 anos.

Dissidentes da UNITA

Savimbi acusa MPLA e Portugal

O PRESIDENTE da UNITA, Jonas Savimbi, responsabilizou o MPLA pela fuga de Nzau Puna e acusou Portugal de estar a explorar a crise do seu partido "para poder ajudar o MPLA a ganhar as eleições através da fraude". Mas admitiu também a violação de direitos humanos na Jamba.

Numa mensagem transmitida na noite de quinta-feira através da emissora "Vorgan", a partir da Jamba, Savimbi responsabilizou o MPLA, o partido no poder, pela fuga de Miguel Nzau Puna, o general da UNITA que, conjuntamente com Tony da Costa Fernandes, decidiu abandonar a organização.

Para o chefe do principal partido da oposição em Angola, o MPLA organizou, financiou e negociou a operação de fuga de Nzau Puna "uma vez que Tony já se encontrava no exterior". Segundo disse, Puna saiu de Angola para Portugal com toda a sua família "no avião do Presidente da República [Eduardo dos Santos]", responsabilizando igualmente as autoridades lusas de "conivência" por o receberem "mesmo estando em condições ilegais".

Savimbi referiu-se também a "negócios escuros de puro roubo das riquezas do país pelo MPLA e certas personalidades portuguesas [...] que se meteram em negócios de lucros fáceis", pedindo seguidamente a Portugal "que assuma uma postura de isenção e imparcialidade".

Para Jonas Savimbi "há um problema extremamente penoso" que é o da desmobilização dos excedentes militares, afirmando que "a UNITA não aceita de forma nenhuma que os seus irmãos com que lutou (...) sejam despedidos". E lembrou que "estas Forças Armadas pertencem ainda aos dois respectivos partidos".

No entanto, a 34ª sessão da CCPM decidiu que o processo de desmobilização dos efectivos militares dos dois exércitos se iniciará no dia 31 de Março, com um acto solene, simultaneamente nas áreas de acantonamento das FAPLA (Luena) e das FALA (Chicala), na província do Moxico, palco da última grande batalha entre os dois beligerantes, pouco antes dos acordos de Bicesse.

A questão dos desaparecidos

O líder da UNITA admitiu, por outro lado, a violação dos direitos humanos na sua organização. Para ele, em todas as guerras há violações dos direitos humanos e que "haverá concerteza num momento dado, num ponto dado, para a defesa da própria organização, um atropelo dos direitos humanos".

Observadores em Luanda vêem nesta declaração a admissão implícita da morte de Tito Chingunji e Wilson dos Santos, dois quadros da UNITA "desaparecidos", cujos nomes que nunca citou. E reforçam a sua interpretação com as referências de Savimbi às cerimónias religiosas que se pretende realizar em Luanda e em Lisboa: "A Igreja devia fazer uma missa por todos os angolanos que tombaram no decurso da nossa longa luta" e não permitir que se fizesse uma missa "que tem um pano de fundo tão escuro, um pano de fundo político".

Savimbi disse ainda que o MPLA nunca poderá ser o arauto da defesa dos direitos humanos em Angola, porque a sua trajectória está cheia de massacres, violações e raptos como o de agora de Puna e Fernandes, a quem chamou "lacaios".

Segundo Savimbi, o MPLA continua a manipular a informação que utilizou para armar essa campanha contra a UNITA. Advertiu que Nzau Puna e Tony Fernandes "não estão a encontrar facilidades para entrar na FLEC" e "o tempo dirá se vão terminar a fazer propaganda contra a UNITA da mesma maneira que o MPLA o faz", numa alusão à conferência de imprensa que os dois ex-dirigentes da UNITA prometeram dar nos próximos dias numa capital europeia.

Prometeu Savimbi que a sua organização vai melhorar o trabalho político e que vai tentar adaptar-se melhor à nova realidade da sociedade do dinheiro, anunciando o seu regresso a Luanda logo que resolva "os poucos problemas que existem aqui [na Jamba], pois há um desequilíbrio entre aqueles que vivem nas cidades e aqueles que ainda vivem nos territórios livres da UNITA".

Acentuou que o problema do registo dos partidos políticos "arrasta-se indevidamente", afirmando não compreender que até hoje apenas um partido esteja registado. "Será que o MPLA quer jogar sozinho?", interrogou.

O discurso de Savimbi foi considerado "musculado e belicista" em relação ao MPLA, incidindo sobre privilégios e corrupção, acusando membros do executivo de Luanda de possuirem casas e chorudas contas no exterior. Curiosamente, Savimbi utilizou uma linguagem que observadores comparam a do MPLA em 1975, com claros apelos à luta de classes.

Anunciou, ainda, que Abel Chivukuvuku é o novo responsável pelas relações externas da UNITA, em substituição de Tony da Costa Fernandes. ■

Vítor Silva, em Luanda

PÚBLICO SÁBADO, 21 MARÇO 1992

EDUARDO DOS SANTOS DESMENTE — A Presidência da República de Angola desmentiu ontem à noite qualquer participação na fuga do dissidente da UNITA Miguel Nzau Puna. Jonas Savimbi declarara que Puna e sua família haviam viajado para Lisboa no avião do Presidente Eduardo dos Santos (**ver pág. 19**). A Secretaria da Presidência diz que a afirmação de Savimbi não tem fundamento, quanto mais não seja porque o chefe do Estado "não possui qualquer avião, utilizando sempre [...] aviões fretados à TAAG [a companhia angolana]". Mas, frisa que Nzau Puna "como qualquer outro cidadão angolano que não esteja a contas com a justiça do país é livre de viajar" e considera ser "sintomático" que pessoas que saem da UNITA sintam "receio de represálias violentas ou mesmo atentados contra as próprias vidas". Entretanto, ontem, em Lisboa, o dirigente socialista João Soares declarou-se céptico quanto à possibilidade de outros dois dissidentes da UNITA, Tito Chingundji e Wilson Santos, estarem ainda vivos.

PÚBLICO SEGUNDA-FEIRA, 23 MARÇO 1992

UNITA AMEAÇA COM "GUERRA TOTAL" — A rádio da UNITA, Vorgan, voltou ontem a fazer um violento ataque contra o Governo angolano, que acusou de preparar um atentado contra Jonas Savimbi, e ameaçando, em tal eventualidade, com "guerra total, imediata e sem fronteiras". Observadores em Luanda, citados pela Lusa, temem uma ruptura dos acordos de paz.

Retaliação contra a UNITA

PÚBLICO DOMINGO, 22 MARÇO 1992

UM GRUPO de aviadores incendiou ontem as instalações da UNITA na cidade de Lubango, no Sul de Angola, em retaliação pelo assassinato de quatro oficiais da Força Aérea na província de Huíla. A rádio angolana citou um comandante regional da Força Aérea afirmando que as emoções dos seus homens estavam fora de controlo depois das mortes dos companheiros, dois dos quais teriam sido enterrados vivos, um queimado até à morte e o quarto fuzilado. A acusação foi feita sexta-feira pelo major general Francisco Furtado, vice-comandante das forças governamentais no Sul de Angola. Um responsável da UNITA, António Lima, negou qualquer envolvimento do movimento no caso que atribuiu à população de uma aldeia, em vingança "pela morte de um rapaz por um soldado governamental". ■

EXPRESSO, SÁBADO 21 DE MARÇO DE 1992

João Soares encontra-se com dissidentes da UNITA

O DIRIGENTE socialista João Soares encontrou-se na quinta-feira, em Lisboa, com Nzau Puna e Tony da Costa Fernandes, os dois responsáveis da UNITA que recentemente abandonaram o movimento, tendo discutido com ambos o desaparecimento, no ano passado, de Wilson Santos e Tito Chingunji, antigos colaboradores de Savimbi que se encontravam detidos na Jamba.

Embora admitindo como muito provável a execução de ambos pela UNITA, Soares considera que os dados adiantados pelos dois dissidentes não permitem ainda tirar conclusões definitivas, pelo que diz continuar a aguardar os esclarecimentos sobre a matéria que exigiu à organização.

Bispos criticam MPLA e UNITA

PÚBLICO 20 MARÇO 1992

António Marujo

A reconstrução de Angola "só será possível se o MPLA e a UNITA merecerem e mostrarem confiança um no outro", afirmam os bispos angolanos, numa mensagem pastoral que faz uma análise duríssima da situação no país e que critica fortemente os dois mais importantes partidos angolanos.

O documento, com data do dia 1 de Março e ao qual o PÚBLICO teve agora acesso, começa por recordar que "há justamente nove meses que o milagre da paz em Angola foi notícia em todo o mundo" e que a paz "tem sido uma realidade consoladora".

"No conjunto, os militares têm respeitado o cessar-fogo, têm cumprido o seu compromisso, têm garantido ao póvo a [illegible] das armas", afirmam os bis[illegible], no documento intitulado "Políticos, democracia e justiça". São "os políticos" agora, a razão das preocupações dos bispos, pois "estão a causar grandes apreensões entre o povo", afirmam.

Em 80 linhas, os bispos falam sucessivamente dos "nove meses felizes que já decorreram desde os acordos de Bicesse, e das exigências da paz, que "passa pelos políticos", "pela democracia", e "pela justiça". Mas são sobretudo os dois maiores partidos os grandes visados no documento: "A linguagem provocadora que os dois grandes partidos continuam a usar nos seus meios de comunicação social não convence os ouvintes de [illegible]e estão a procurar a paz." Os [illegible]pos chegam mesmo a perguntar-se "até que ponto esses partidos, com tal linguagem, não são causadores de certos crimes cujos autores acabam por ficar impunes".

Diante deste quadro, o episcopado angolano apela aos responsáveis dos meios de comunicação do MPLA e da UNITA que "eliminem da sua linguagem todo o teor de agressividade e provocação", procurando "a unidade do povo e não a sua divisão".

Em relação à comunicação social, os bispos dizem ainda que o seu monopólio "na mão de um ou dois partidos está bem longe de ajudar a democracia pluripartidária". Para que essa tendência se inverta, "é preciso que todos os partidos tenham as mesmas oportunidades de se darem a conhecer ao povo".

O ambiente de medo e suspeita merece também uma forte crítica no documento que vimos citando: "Ninguém pode ser obrigado a entrar neste ou naquele partido, ninguém pode ser ameaçado de qualquer represália se não votar neste ou naquele candidato". E, para que não restem dúvidas, os bispos dizem que a razão de ser deste aviso "não é preventivo, já é também medicinal".

Não trair o espírito de Bicesse

Este texto surge num momento em que se registam diversas tentativas de aproximação à Igreja, por parte dos dois partidos que protagonizaram a guerra civil (ver PÚBLICO de 5.03.1992). Em entrevistas sucessivas a duas publicações católicas portuguesas, Eduardo dos Santos e Savimbi faziam declarações lisonjeiras da actuação da hierarquia católica, ao mesmo tempo que o país se prepara para um outro acontecimento — a visita do Papa, em Junho — que dominará a agenda político-religiosa.

A importância da Igreja Católica no contexto sócio-político angolano dá ao documento dos bispos agora divulgado uma força ainda maior. MPLA e UNITA terão que demonstrar que continuam comprometidos com a democracia, na linha do que fizeram os signatários dos acordos de Bicesse, pois "às vezes, os respectivos partidos parecem não acreditar um no outro", conforme dizem os bispos.

Quando se debruçam sobre a questão da justiça, os bispos enumeram algumas questões que, no seu entender, são reveladoras dos caminhos que a democracia ainda deve percorrer: funcionários públicos não devem ser rejeitados "pela sua profissão política", mas, no oposto, os agentes de ensino, saúde e outros serviços públicos "não têm direito a fazer da sua profissão uma militância política".

A situação de desordem social que se regista no país — com assaltos à mão armada ou roubos qualificados — alarma a população, que "chega a fazer justiça por suas próprias mãos, o que é lamentável".

Também os refugiados que estão a regressar ao país são objecto do texto do episcopado, que suplica, a concluir, pela "luz e força do alto" para todos os responsáveis, "nesta hora cheia de esperança, à mistura com graves incertezas". ■

PÚBLICO QUARTA-FEIRA, 18 MARÇO 1992

CEMGFA com delegação angolana

SOARES CARNEIRO, chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA), esteve reunido durante o dia de ontem com os generais angolanos Higino Carneiro, do exército governamental, e Demostenes Chilingutila, da Unita.

Enquanto, os dois generais, eram recebidos por Soares Carneiro, os seis restantes integrantes da delegação da Comissão para a Criação das Forças Armadas Angolanas visitaram o Regimento de Artilharia da Costa (RAC), em Oeiras.

O encontro entre o chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas português e chefes da delegação da Comissão para a Criação das Forças Armadas Angolanas realizou-se para dar continuação a uma primeira reunião efectuada no passado dia 4, antes dos militares angolanos se deslocarem a França e a Inglaterra. Na primeira reunião, porém, Demostenes Chilingutila, da Unita, não participou, pois só se juntou à delegação dias depois.

A estada da delegação militar angolana em Portugal destina-se ao conhecimento por parte desta da situação das Forças Armadas portuguesas, que têm participado na formação de militares e na unificação e reestruturação das Forças Armadas angolanas.

Os militares angolanos avistaram-se já na segunda-feira com os ministros da Defesa e do Emprego e Segurança Social, Fernando Nogueira e Silva Peneda, respectivamente. Nessa ocasião, Silva Peneda comentaria que Portugal tem um papel importante a desempenhar na formação dos militares angolanos, devido à "experiência acumulada". Recorde-se que militares portugueses estão já a leccionar na Escola de Formação de Oficiais no Huambo e elementos do Instituto de Altos Estudos Militares foram ministrar acções de formação no Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas.

Durante esta visita a Portugal, a delegação da Comissão para a Criação das Forças Armadas Angolanas visitou o Instituto de Altos Estudos Militares, a Academia da Força Aérea, a Base Aérea da OTA, o Centro de Instrução do Campo Militar de Santa Margarida, o Estado-Maior da Armada, o Quartel-General da Região Militar Norte. ■

PÚBLICO TERÇA-FEIRA, 17 MARÇO 1992

Portugal coopera com Angola na formação profissional

A COOPERAÇÃO entre Portugal e Angola no âmbito da formação profissional dos militares angolanos foi o tema da reunião que juntou ontem, ao fim da tarde, em Lisboa, o ministro do Emprego e da Segurança Social, Silva Peneda, com uma delegação conjunta do MPLA, no Governo em Luanda, e da UNITA, chefiada respectivamente pelos generais Higino Lopes Carneiro e Demóstenes Chilingutila. Esta delegação angolana, composta por oito elementos, regressou a Portugal depois de ter estado em França e Inglaterra.

O ministro Silva Peneda declarou à Lusa ter recebido uma carta das autoridades angolanas em que estas faziam questão de que seja Portugal a ajudar Angola a criar um sistema de formação profissional. Para Silva Peneda, a solicitação dos angolanos é fruto de anteriores colaborações nesta área. O ministro considerou mesmo que "tudo se encaminha para que Portugal venha a ter um papel importante para a montagem de uma estrutura de política de emprego e segurança social".

Da parte da manhã, a delegação reuniu-se com o ministro da Defesa, Fernando Nogueira, depois de ter visitado o Regimento de Lanceiros, em Lisboa. Segundo uma fonte militar contactada pela Lusa, a visita ao Regimento de Lanceiros poderá enquadrar-se no anteprojecto de reestruturação da polícia militar angolana, que deverá reproduzir o modelo português. ■

Constituição, Presidente e Igreja

A DIVULGAÇÃO do anteprojecto constitucional do Movimento para a Democracia, feita pelo primeiro-ministro Carlos Veiga, quinta-feira à noite, na televisão e na rádio, suscitou imediatamente a reacção da oposição.

O PAICV, agora na oposição após ter governado como partido único desde a independência, reagiu imediatamente dizendo, em comunicado, que "a Nação assistiu estupefecta à transmissão da intervenção do presidente do MPD numa autêntica manifestação da confusão de poderes".

O anteprojecto de Carlos Veiga levanta desde já duas questões politicamente difíceis, a das relação do partido governamental com a Igreja e a do equilíbrio de poderes entre o Governo e o Presidente da República.

O MPD que, para a sua vitória eleitoral há um ano, contou com o inestimável apoio da Igreja católica, não satisfez aparentemente duas das suas principais reivindicações: a inclusão da referência "Deus, supremo legislador" no preâmbulo da futura lei fundamental e a proibição explícita do aborto.

No primeiro caso, o assunto poderá ter sido evitado uma vez que o anteprojecto do partido do primeiro-ministro Carlos Veiga não contém nenhuma proposta de preâmbulo, deduzindo-se que a questão poderá ser tratada no devido tempo pela Assembleia Nacional.

Em relação ao aborto, cuja lei aprovada em 1986 contribuíu para acentuar o fosso entre a Igreja e o PAICV, o MPD defende que o assunto não deve ter tratamento constitucional, sendo esta uma das questões que poderão ser referendadas pela população.

Apesar de alguns sectores da hierarquia católica já se terem manifestado a favor dessa solução, por achá-la mais democrática, a Igreja defende que os assuntos a serem referendados não devem envolver "claramente convicções de natureza ética ou religiosa".

O anteprojecto do MPD coloca praticamente a Igreja católica em pé de igualdade em relação às demais confissões religiosas, cujo número não tem cessado de aumentar nos últimos anos. De um modo geral, o Estado vê as Igrejas como parceiras sociais e reserva-lhes um espaço próprio de actuação.

Diante disso, é também possível que sectores mais conservadores da hierarquia católica se venham a sentir defraudados com o MPD. De qualquer modo, é ainda difícil prever que atitude poderá a Igreja tomar no seu relacionamento com o novo poder, sendo contudo pouco provável que se volte a conhecer confrontos abertos como na época do PAICV.

Se o recurso ao referendo do aborto ou da instalação de bases militares estrangeiras no país começar a ser vista como forma de o MPD "lavar as mãos", alguns sectores da opinião pública irão defender procedimento idêntico em relação aos poderes presidenciais.

E, mesmo neste caso, o assunto está longe de ser fácil para o MPD. Após a sua intervenção pública há um mês, em que se manifestara contra a limitação, o Presidente Mascarenhas Monteiro tem recebido apoios de vários quadrantes sociais e políticos, entre os quais do influente Frei Fidalgo Barros, director do jornal "Terra Nova", e de José Leitão da Graça, um velho senhor da política cabo-verdiana conhecido pelo seu passado maoista.

Também o PAICV atacou este ponto do anteprojecto, considerando-o "expressão inequívoca da governamentalização do processo político caboverdeano" e que visa "minar os poderes do Presidente da República".

O mais curioso é que basta o MPD perder o controlo sobre três dos seus 56 deputados para não conseguir levar adiante a sua proposta de redução dos poderes presidenciais, o que poderá pôr em causa o seu próprio projecto constitucional. E essa possibilidade é real, uma vez que boa parte dos deputados do MPD são independentes, sem contar com aqueles que poderão por um motivo ou outro ver-se inclinados a apoiar Mascarenhas Monteiro.

Deste modo, a tarefa do MPD agora é convencer o país de que o modelo de parlamentarismo mitigado é o que melhor se coaduna com a realidade cabo-verdiana. E isto numa altura em que a sociedade, além de um certo descontentamento, vê com maus olhos a existência de um poder demasiado forte nas mãos de um único partido. ■

José Vicente Lopes, na Cidade da Praia

PÚBLICO QUARTA-FEIRA 18 MARÇO 1992

Tenenge fornece Angola

A TENENGE, Engenharia e Construções de Portugal, vai fornecer equipamentos para a prospecção petrolífera em Angola, no valor de 17 milhões de dólares (cerca de 2,4 milhões de contos). Em causa está um conjunto de "módulos de facilidades de produção, geração e distribuição de energia e de sistemas de água e compressores", que formam a parte superior da plataforma. A Tenenge é uma subsidiária da empresa brasileira com o mesmo nome e integra também a Odebrecht, forte investidor brasileiro dos sectores da química e petroquímica. ■

Moçambique

Renamo mata 22 pessoas

VINTE e duas pessoas foram mortas e cinco ficaram feridas quando um grupo de aproximadamente 200 rebeldes da Renamo atacou simultaneamente três bairros nos arredores da capital moçambicana, Maputo, na noite de segunda-feira. Segundo testemunhas locais, os rebeldes chegaram ao princípio da noite e saquearam durante quatro horas lojas e casas, assassinando os residentes, a tiro e a golpes de arma branca.

Dois dos atacantes foram capturados pelas forças governamentais e apresentados ontem de manhã à imprensa. Trata-se de Arlindo Machengo, 12 anos, e Mário Mabjaia, 16, que tinham sido raptados pela Renamo. Ambos disseram ter andado três dias a pé, da base de Chinhanguanine, na província de Gaza, até aos locais ataqueados — os bairros Patrice Lumumba, Singatela e São Damaso, na cintura verde de Maputo.

Arlindo Machengo, capturado com uma arma AK-47, referiu que o comandante da base se chamava António e falava "ndau" (língua da tribo de Dlhakama, centro do país) e português. Por seu lado, Mário Mabjaia disse que na base costumam aparecer helicópteros com munições pilotados por brancos que falavam inglês.

Dois outros jovens, capturados a semana passada, na sequência de ataques lançados contra o bairro do Zimpeto, arredores da capital, foram igualmente apresentados aos jornalistas. Vicente Chambe, 20 anos, pertencia à base de Mataemhans, província de Maputo, e estava na Renamo há um ano, desde que foi raptado, em Fevereiro de 1991. No ataque em que participou, matou uma mulher a golpes de baioneta. Lazaro Matavele, 10 anos, também raptado, foi obrigado a matar uma mulher, como "teste", na base de Mapulanguene.

Domingo passado, o chefe do departamento político da Renamo, Vitor Anselmo, enviou um fax ao jornal do Maputo "Domingo", a desmentir a responsabilidade da sua organização, e acusou as tropas governamentais de efectuarem esses ataques. ■

Teresa Lima, em Maputo

Alta participação favorece o "sim"

Do nosso enviado
*Jorge Heitor **
em Joanesburgo

A África do Sul deu ontem um passo histórico, quando mais de dois milhões dos seus eleitores brancos foram às urnas para dizer se concordam ou não com a concretização de uma sociedade multiracial ou se preferem reatar as velhas regras do "apartheid". A elevada taxa de participação parece favorecer o "sim". Mas só hoje de manhã haverá uma resposta segura.

Mais de dois terços dos 3,2 milhões de brancos sul-africanos com capacidade eleitoral dirigiram-se ontem, a partir das sete horas locais, cinco em Lisboa, às assembleias de voto espalhadas por todo o território, a fim de dizerem se aprovam ou não que o Governo do Partido Nacional, presidido por Frederik de Klerk, prossiga — com uma série de grupos políticos e sociais — a Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa).

A elevada taxa de participação verificada em quase todo o país favorece aparentemente as propostas de De Klerk. A meio da tarde, calculava-se que a afluência ao plebiscito rondasse a casa dos 70 por cento. Segundo diversos analistas, tal taxa de participação poderia permitir uma vitória do "sim" na ordem dos 55 por cento, com tendência para subir se a participação fosse mais alta. De qualquer modo, só hoje de manhã (quando em Lisboa forem cerca de nove horas), se conhecerá o resultado oficial.

Dizer "sim" significaria ter no fim do ano um Governo de transição, formado por todos os que participam na Codesa, elaborar uma nova Constituição e realizar em 1994 eleições gerais com a participação, pela primeira vez, de todos os cidadãos, brancos, negros, indianos e mestiços.

Votar "não" seria pressionar a demissão do Presidente De Klerk - que hoje faz 56 anos - e a realização de novas eleições só para brancos, dentro de dois a três meses, com a esperança de que o Partido Nacional fosse substituído no Governo pelo Partido Conservador, de Andries Treurnicht, que defende uma pátria branca, no contexto de uma Comunidade de Estados da África Austral.

O director-geral do Instituto Sul-Africano de Assuntos Internacionais, John Barrat, e um investigador do mesmo, Anthoni van Nieuwkerk, disseram ontem ao PÚBLICO que, no caso de haver ainda novas eleições só para brancos, o Governo alteraria os círculos eleitorais, de modo a ficar numa posição mais favorável e ainda ter alguma hipótese de sobrevivência. E o que o Partido Nacional e o Partido Democrático iriam aliados às urnas, tal como aliás já estiveram na campanha eleitoral a favor do "sim" no referendo de ontem.

Na conversa havida na Cidade Universitária de Joanesburgo, admitiram também que muitos dos participantes na Codesa, a começar pelo ANC, poderiam não dar tempo a uma nova eleição só para brancos, forçando — por meio de vasta movimentação de massas, incluindo greve geral — a organização imediata de eleições gerais em que participassem todos os cidadãos da África do Sul.

As hipóteses da extrema-direita

Por outro lado, o professor John Barrat disse que a sequência de um voto negativo não seria propriamente "a revolução" e "a guerra civil", mas sim um incremento da violência, com surtos esporádicos de reacção a uma comunidade branca pouco interessada em avançar para uma sociedade de tipo novo, como poder partilhado por todos.

No entanto, observou-nos que o problema não residia somente no "não", mas também num "sim" conseguido tangencialmente, por pequena margem: nessa hipótese, a extrema direita, ao ver-se com mais de 40 por cento dos votos, continuaria a querer forçar a nota e a ter uma palavra a dizer na evolução dos acontecimentos. Mas se, pelo contrário, o "não" ficasse abaixo dos 40, então era de admitir que o Partido Conservador se dividisse e uma parte dos seus membros optasse pela moderação, reaproximando-se do Partido Nacional (do qual os conservadores constituem uma cisão, verificada há dez anos).

De qualquer modo, seja qual for o resultado, a África do Sul tem à sua frente tempos difíceis, nestes dois ou três anos em que irá ser definido o seu futuro, basicamente num jogo de forças entre o ANC, que conta com a simpatia de mais de metade da população, e o Partido Nacional, que tende a juntar a si os democratas de Zach de Beer e os grupos indianos e mestiços mais representativos.

Ontem de manhã, ao votar no círculo de Arcadia, em Pretória, o Presidente da República afirmou-se optimista quanto ao resultado; mas Treurnicht também se disse confiante na vitória. Por isso, até ao fim do dia continuou a não haver certeza de nada. E alguns observadores notavam que, se o "sim" vencesse, tal se ficaria a dever em grande parte à enorme quantidade de dinheiro gasto na sua promoção, com páginas e páginas de publicidade nos jornais, muitas delas pagas pelas maiores empresas do país, que apostam a fundo na Codesa, ao contrário do branco pobre das cidades e dos fazendeiros.

"Este país está acabado. De Klerk traiu-nos" — dizia-nos ontem um taxista, visivelmente abatido. "Só fui votar porque a minha mulher quis, pois acho que já não serve de nada...".

Manifestações do ANC

Entretanto, hoje de manhã, e seja qual for o resultado do referendo, o ANC organiza desfiles na Cidade do Cabo e noutras regiões, a coincidir com a apresentação — pelo Presidente De Klerk — do Orçamento do Estado.

O vice-presidente do ANC, Walter Sisulu, o respectivo secretário-geral, Cyril Ramaphosa, o secretário-geral do Partido Comunista, Chris Hani, os dirigentes da central sindical Cosatu e Winnie Mandela estarão à frente de manifestações que vão exigir: a participação na reestruturação da economia; a garantia de que o IVA não será aumentado; que a Codesa designe um Governo interino até ao fim de Junho; e que uma Assembleia Constituinte seja eleita por todos os sul-africanos até ao fim deste ano.

Depois da trégua concedida a De Klerk durante as três semanas da campanha para o referendo, o ANC e as organizações a ele aliadas voltam assim a causar dores de cabeça ao Presidente, dizendo — num panfleto — não ser verdade que não se possa avançar para a democracia sem o maior partido sul-africano: "O referendo branco é irrelevante. A nossa luta por uma democracia não-racial continuará com ou sem De Klerk e o seu regime".

Segundo a convocatória dos desfiles contra o Orçamento, que vão decorrer mal seja conhecido o resultado oficial do referendo, na manhã de hoje, "o ANC é que conduz e a chave da mudança está nas massas".

Alguns observadores, porém, não dão demasiada importância a esta linguagem dura, considerando-a o preço a pagar pela grande moderação que o ANC, de um modo geral, demonstrou durante a campanha eleitoral. ●

* com Steven Lang

A ameaça da violência

QUINTA-FEIRA, 19 MARÇO 1992 PÚBLICO

*Jennifer Kibbe**

A atenção mundial tem estado centrada em saber se o Partido Conservador seria capaz de reunir apoio suficiente para afastar o Presidente De Klerk e fazer abortar as negociações com o ANC. A iniciativa do referendo parece ter sido um bem calculado meio de iludir o "bluff" do Partido Conservador, afastando-o do processo antes que pudesse deitar a perder os planos do Presidente.

Porém, embora as atenções estejam voltadas para estes acontecimentos, a violência pontifica e é uma ameaça bem mais séria para o futuro da África do Sul, e que tem sido em certa medida ignorada perante o generalizado optimismo que tem envolvido as negociações da Conferência para uma África do Sul Democrática (Codesa).

Não se trata apenas da questão de saber quem está por trás da violência, questão decisiva para avaliar da importância real do campo negocial. Mas também de sublinhar o facto de que nenhum acordo a nível nacional terá grande significado se a situação continuar inalterada.

Durante a última semana de Janeiro, 23 pessoas foram mortas em ataques a comboios de negros no Reef, a região em volta de Joanesburgo. A semana passada, enquanto os apoiantes do ANC e do Partido da Liberdade Inkatha celebravam uma trégua, numa cidade do "campo de batalha" da província do Natal, oito pessoas foram mortas e cem casas destruídas num confronto entre os dois partidos, noutra cidade da mesma província.

Na semana seguinte, mais oito pessoas foram mortas e uma dúzia de casas arrasadas num arredor do Soweto — incidente a que um jornal chamou "um fim-de-semana de guerra em grande escala" entre ocupantes de albergues e residentes da cidade. Desde o anúncio de referendo foram mortas mais de 260 pessoas.

À primeira vista, parece que a intensa rivalidade e antagonismo entre o ANC e o Inkatha de Mangosuthu Buthelezi, surgem como a principal causa da violência. O conflito entre estes dois grupos tem sido muitas vezes interpretado como um puro conflito étnico entre o esmagadoramente zulu Inkatha, que tem a sua base na "pátria" Kwazulu, no Natal, e o ANC, dominado pelos xhosas.

No entanto, as informações que recolhi durante uma viagem de pesquisa na África do Sul, combinadas com revelações recentes publicadas na imprensa sul-africana, sugerem que o Governo de Pretória tem explorado a violência em seu próprio benefício.

Uma análise mais aprofundada revela também que a violência política alimenta e é alimentada por uma quantidade de outros factores. Entre estes, incluem-se a transferência de trabalhadores migrantes das comunidades urbanas, a frustração dos jovens negros desempregados, que se tornaram radicais, batalhas campais entre "senhores da guerra" rivais, competição pelos recursos e o crime comum.

Apesar da violência já alastrar no Natal desde 1984, principalmente através de confrontos entre os apoiantes do Inkatha e do ANC, ela espalhou-se como uma onda, desde Julho de 1990, nas cidades do Reef. Nos 18 meses seguintes, a violência causou 4 879 mortes (uma média de nove por dia). Apesar da assinatura de um acordo nacional de paz pelo ANC, o Inkatha e o Governo, em meados de Setembro, a violência ceifou ainda mais mil vidas, nos cinco meses seguintes.

Tanto o ANC como o Inkatha foram acusados em várias ocasiões. Mas, agora, há cada vez mais provas do envolvimento dos líderes do Inkatha em vários ataques. Dois membros do seu Comité Central foram acusados de assassínio o ano passado, e um terceiro foi expulso após uma série de acusações pelo papel que terá desempenhado em vários incidentes.

As provas do envolvimento do Inkatha levou muitos analistas independentes à África do Sul, incluindo Anton Steenkamp, um representante e antigo director executivo da Câmara de de Inquérito Independente sobre a Repressão Informal. Este analista concluiu que Buthelezi tem usado a violência com o objectivo de impor a presença nacional do Inkatha e forçar De Klerk e Mandela a incluí-lo nas negociações.

Com as recentes sondagens, que colocam o apoio a Buthelezi na comunidade negra urbana entre os 2 e os 5 por cento, (comparados com os 62 a 68 por cento do ANC), qualquer negociação que leve a um sistema de representação proporcional terá de relegar Buthelezi e o Inkatha para um papel secundário.

Mas para além do problema do papel do Inkatha, uma das questões mais críticas que se colocam sobre a violência actual é saber se uma "terceira força", ligada ao Governo, não estará a alimentá-la ou mesmo a dirigi-la. Durante os últimos seis meses, académicos, porta-vozes das organizações de direitos humanos e a imprensa de referência têm-se apercebido cada vez mais de que essa força está envolvida.

Um factor significativo têm sido os muitos incidentes de violência indiscriminada, como os massacres em comboios, nos quais assassinos mascarados matam pessoas cujas filiações políticas não poderiam ser evidentes para eles. Numerosos estudos indicam que o único motivo possível deve ser o de dividir as comunidades negras. Estes ataques aumentaram a suspeição sobre o envolvimento organizado da "terceira força", pois são geralmente levados a cabo com uma precisão militar que sugere um elevado grau de planeamento e profissionalismo.

Outro factor que aponta para um envolvimento externo coordenado tem sido o grande número de assassínios de líderes locais do ANC e do Inkatha.

Nos últimos meses, a maioria dos observadores, de todos os quadrantes políticos, concluíram que, no mínimo, a "terceira força" é composta por desertores da direita branca, incluindo alguns membros das forças de segurança.

Mas agora está a vir a lume um crescente corpo de provas que aponta para um envolvimento directo e organizado do Governo. A questão do envolvimento de Pretória na violência, e a de saber até que ponto ele vai na hierarquia governamental, é crucial. Se o Governo está, como alguns factores levam a crer, comprometido, isso porá em questão a presunção popular de que a transição da África do Sul para uma democracia completa é inevitável. ■

**investigadora do "South Africa Review Service", do Investor Responsability Research Center, Washington*

Exclusivo PÚBLICO
"The Washington Post"

Minoria branca muda Áf. Austral

Benjamim Formigo
em PRETÓRIA
e JOANESBURGO

SE FREDERIK De Klerk considerou que, no dia 17 de Março, **«nasceu uma nova África do Sul»**, observadores independentes, brancos e negros, não tiveram muita relutância em afirmar que **«nasceu uma nova África Austral»**. A afirmação pode ser ousada mas reflecte muito o sentimento de euforia que se espalhou quando se tornou claro que o Presidente obtivera uma vitória muito para além dos seus sonhos mais optimistas.

No último fim-de-semana, De Klerk deslocou-se ao Norte do Transvaal — uma das regiões mais conservadoras da África do Sul — para aí encerrar a sua campanha pelo «sim» às conversações para a elaboração de uma nova Constituição e de um Governo de transição que leve a África do Sul até uma nova era.

Foi perante uma pequena multidão de meio milhar de agricultores afrikaners que De Klerk falou da **«nova África do Sul, onde brancos e negros podem viver em paz e segurança»**. Um **«discurso visionário»**, como muitos lhe chamaram, mas que teve os seus dividendos. Ao longo destas três semanas de campanha, o Partido Nacional e o seu aliado Partido Democrático procuraram incutir no eleitorado de língua inglesa o receio de que se se mantivesse afastado do referendo o «sim» poderia ser derrotado pelos afrikaners.

A campanha publicitária do «sim», que foi entregue à empresa britânica que elaborou as campanhas de Margaret Thatcher, teve uma agressividade sem precedentes na África do Sul — a Saachis & Saachis explorou os receios mais profundos de uma população branca que se recorda ainda de ter combatido contra os nazis na II Guerra Mundial. Um dos cartazes mais agressivos apresentava do lado esquerdo uma cruz suástica com a legenda: **«Este símbolo provocou uma guerra que durou cinco anos e causou milhões de mortos»**; do lado direito, a estilizada suástica do AWB de Eugene Terre-Blanche com a pergunta: **«Quantos anos de guerra e quantos mortos poderá causar este símbolo?»** e terminava com um apelo pelo voto no «sim».

A Imprensa nem se preocupou em manter as aparências. Sem excepção, jornais, rádio e TV fizeram campanha pelo «sim». **«Guerra civil»**, **«insurreição geral»**, **«isolamento»**, **«ostracismo»** foram os argumentos mais moderados usados contra o «não», defendido por uma coligação entre o KP (Partido Conservador) e os neonazis do AWB. Para não falar já na ameaça de exclusão da equipa sul-africana do Mundial de Cricket, onde tem boas possibilidades de ir à final.

Fricção entre «ingleses» e afrikaners

As pessoas faziam bicha junto dos departamentos governamentais para obter documentos de identificação ou documentos de naturalização para poderem votar. Muitos brancos que nunca se preocuparam em votar, **«não valia a pena votar num regime minoritário»**, estavam decididos a fazer ouvir a sua voz.

A desconfiança dos «ingleses» face aos afrikaners era óbvia. Numa conversa entre amigos de há muitos anos, um afrikaner afirmava a um «inglês»: **«Amanhã a primeira coisa que vou fazer é votar. É a última oportunidade de conseguir uma solução negociada»**. À saída, o de língua inglesa não se coibiu de comentar: **«É afrikaner. Não acredito que vote 'sim'». Desta vez também vou votar»**.

Afinal, a atitude da maioria dos afrikaners era genuína. Segundo os analistas, 62 por cento dos afrikaners que participaram nas eleições votaram «sim» conjuntamente com 79 por cento dos «ingleses», numa votação que teve uma participação sem precedentes de 85,08 por cento.

O Presidente sul-africano, Frederik de Klerk, não escondeu que esperava uma vitória mas esta vitória ultrapassou as suas expectativas. Dos cerca de três milhões de eleitores, 1.924.186 (68,6 por cento) votaram «sim», contra 875.619 que apoiaram o «não».

BRITS, a quase 200 km a Norte de Joanesburgo é considerada uma das cidades mais conservadoras no Transvaal. Ali vivia, até ter sido preso, Barend Strydom, o «white wolf» que um dia estacionou o seu carro em Pretória, colocou moedas no parquímetro, empunhou uma arma e começou a atirar sobre negros que encontrou nas ruas. Ao todo morreram sete. Outros ficaram feridos. Os sobreviventes recordam que **«ele sorria ao mesmo tempo que disparava contra nós»**.

Terça-feira logo às primeiras horas já havia bichas para votar. Por detrás da Assembleia de voto a coligação Partido Nacional/Partido Democrático instalara o seu quartel de campanha. Mesmo ao lado, as instalações correspondentes da coligação entre o (KP) Partido Conservador e os neonazis do (AWB) Afrikaner Weerstandsbeweging. Apesar de, segundo o líder do AWB, Eugene Terre-Blanche, os seus militantes terem recebido ordens para não aparecerem fardados junto das assembleias de voto, a verdade é que os uniformes caqui com a estilizada suástica na manga esquerda se viam por todo o lado. Alguns deles transportando mesmo à cintura bastões semelhantes aos usados pela polícia norte-americana.

Do lado da coligação pelo «não» pontificava uma figura: uma mulher na casa dos 50 anos vestida com saia e blusa caqui: a sogra do «white wolf».

«Não nos sentimos particularmente confortáveis com esta aliança (Conservadores/AWB)», confidenciava outra mulher de 30 anos, militante do «não» admitindo: **«Esta coligação nos pode fazer perder votos»** e justificando a sua opção pelo receio de **«um governo comunista»**.

Por seu turno, um militante do AWB, explicava-nos que **«a nossa campanha teve dificuldades. Foi financiada com o dinheiro da classe trabalhadora»** e, apontando com o queixo para as instalações dos seus rivais, acrescentava: **«Eles tiveram o dinheiro que quiseram. As grandes companhias financiaram a campanha do 'sim'»**.

A mesma acusação era repetida por militantes do «não» na ultra-conservadora cidade de Krugersdrop e, finalmente em Pretória, a capital, tradicionalmente um símbolo afrikaner que acabou por dar ao «sim» uma maioria de 57 por cento.

Uma campanha sem fim

Na capital, esperava-se um resultado muito apertado e a campanha durou até ao fechar das urnas. Em frente da Câmara Municipal, onde decorria a principal votação, a bicha manteve-se até depois das 18 horas, altura em que atravessava o espaçoso jardim fronteiriço até ao outro lado da enorme praça.

No entanto, os militantes do «não» estavam descrentes da vitória. Andre Uisagie, estudante de agronomia, de 22 anos de idade e um dos delegados do Partido Conservador em Pretória, fez questão de sublinhar que não havia uma **«aliança ideológica»** com o AWB. No entanto não podia aceitar uma negociação que iria **«levar ao poder os comunistas do ANC»**. Com um autocolante fluorescente na manga esquerda com um enorme «Nee» a negro, Andre explicava: **«Na tropa fiz um curso sobre comunismo. E eles deixavam bem claro que um comunista é sempre um comunista. Não mudam!»**. E, para salientar que nada tinha contra os negros, explicava: **«São os brancos quem paga a sua assistência. Somo nós quem sustenta as 'homelands'. A comunidade negra conheceu uma explosão demográfica e nós estamos a pagar isso. Eles têm as suas nações. Os zulus têm a Zululândia. Por que é que hão-de viver connosco? Não há razão nenhuma para não vivermos separadamente»**.

Na verdade durante mais de duas gerações foi o próprio Partido Nacional quem estimulou a propaganda anticomunista, conotando com os comunistas tudo quanto fosse organização negra, e muito particularmente o ANC. Nos últimos dois anos, Frederik De Klerk tem vindo a procurar modificar essa imagem. **«São necessários muitos anos para que o feito da propaganda do regime desapareça»**, afirmava um conhecido comentador político sul-africano no dia a seguir ao referendo.

→

A participação dos grandes

E, a fazer coro com as acusações avançadas pelos militantes do «não» acerca da capacidade financeira da coligação entre o Partido Nacional e o Democrático, o dirigente do KP, Andries Treurnicht, que liderou a campanha pelo «não» acusou abertamente as grandes empresas de financiarem os seus adversários.

Uma acusação com fundamento. As próprias empresas não escondiam quem apoiavam, assinando a publicidade nos jornais. Mas, mais do que isso, advertiam os seus empregados de que uma vitória do «não» levaria a uma crise económica ainda maior e consequentemente ao desemprego — uma situação pouco conhecida pela comunidade branca. Uma fonte da Anglo American — a maior corporação sul-africana — explicou que **«não houve intimidação. Acontece que muitas empresas não puderem, nem devem, esconder aos seus empregados os riscos de um retorno a uma situação de isolamento internacional e, se o 'não' ganhasse, teríamos um isolamento ainda maior do que o anterior. A crise que hoje a África do Sul conhece seria muito mais grave e haveria desemprego. Apoiamos a campanha pelo 'sim' por que é a única atitude inteligente se queremos voltar em pleno à Comunidade Internacional»**.

Conhecido o resultado do referendo a Anglo American Corp., divulgou um comunicado sublinhando a importância dessa vitória para a África do Sul.

O mundial de «cricket»

Para além do empenho financeiro das grandes empresas que tinham muito a perder se a situação de isolamento se agravasse, aparentemente os sul-africanos tiveram, pela primeira vez, na opinião de um professor universitário **«oportunidade de dizer o que pensam sobre o 'apartheid'. E foi evidente que a campanha do 'não' nem sequer conseguiu apoio significativo nas áreas rurais»**.

Dos 15 círculos eleitorais apenas um votou maioritariamente a favor do «não»: Pietersburg, no bastião conservador do Norte do Transvaal e mesmo assim por uma escassa maioria de 12 mil votos.

Porém, os observadores são unânimes em admitir que além do facto de esta ser uma **«última oportunidade de diálogo»**, o Mundial de Cricket e a ida da África do Sul às meias-finais, o que levou responsáveis pela equipa a participarem na campanha pelo «sim» teve também uma influência considerável.

Para o ANC e o Congresso Pan-Africano esta foi **«mais uma eleição racista em que a maioria dos sul-africanos não teve o direito de se exprimir»**, como afirmou Pallo Jordan, um dos visíveis quadros superiores do ANC. Para Jordan não é claro que De Klerk esteja a agir de boa fé. Sublinhando que a sua opinião não é totalmente partilhada dentro do ANC, Pallo Jordan acusa as forças de segurança, a informação militar e funcionários governamentais de estarem por detrás da instigação à violência nos bairros negros. **«Há fortes indícios de que estão a ser usados membros do 32º Batalhão** (ex-FNLA's e UNITA's) **que combateu em Angola, bem como os Koevoet** (unidades especiais negras treinadas pelo Exército sul-africano para agirem na Namíbia) **e membros da Renamo, para fomentarem a violência entre negros. E não acredito que na Comunidade de Informações militares não haja ninguém leal a De Klerk para o informar do que se passa. Ou então ele não tem poder suficiente para agir»**.

Mandela mostra-se conciliador

Todavia, Nelson Mandela apresentou uma atitude muito mais positiva. Embora considerasse **«uma votação da minoria branca»**, fontes bem informadas deixam saber que Mandela manteve o ANC fora da campanha, levando mesmo o seu movimento para uma atitude discreta nestas três semanas de combate eleitoral.

Na sua primeira reacção à vitória esmagadora do «sim», o carismático líder do ANC fez questão de sublinhar que se estava perante a prova de que **«a maioria dos brancos não são racistas e pretendem que o país caminhe para uma democracia»**. No entanto, deixou claro ao Presidente De Klerk que a partir de agora não tem justificações para demorar a negociação de uma nova Constituição nem a constituição de um Governo de transição.

Os dois homens, De Klerk e Mandela, surgem claramente como os líderes da nova África do Sul. Ambos em intervenções separadas, e conscientes de que a oposição não pode ser ignorada, fizeram questão em estender a mão aos defensores do «não» convidando-os a participar na Codesa (Convention of a Democratic South Africa). E, se Frederik De Klerk, defendeu uma **«África do Sul para todos»**, Mandela sublinhou que **«o Presidente De Klerk é apenas o líder de uma minoria de sul-africanos»**.

Tudo indica agora que a Codesa voltará a reunir no próximo mês. **«De Klerk tem de aproveitar este impulso obtido pelo magnífico resultado no referendo»**, sublinhou Allister Sparks, o decano dos comentadores políticos sul-africanos. E nos meios políticos não se exluiu que na próxima reunião seja já acordado um Governo de transição.

PÚBLICO SEXTA-FEIRA 20 MARÇO 1992

A hora dos patrões

OS MEIOS patronais sul-africanos esperam que primeira consequência do "sim" seja o afluxo de investimentos estrangeiros e o levantamento de sanções, designadamente as financeiras, apesar do apelo em sentido contrário feito ontem ainda por Nelson Mandela.

Para o dirigente do ANC, as sanções só deveriam ser levantadas após a instalação de um Governo provisório multiracial. No entanto, os dinamarqueses já deram o exemplo, ao anunciar o cancelamento das sanções comerciais e o Governo de Londres anunciou que iria consultar os seus parceiros da CE para para a anulação das sanções "o mais brevemente possível".

Como argumento político fundamental, os meios patronais invocam o imperativo de um crescimento económico anual de 4 a 6 por cento, de modo a poderem ser financiadas as imensas necessidades da população negra, sobretudo em matéria de ensino, formação e alojamento.

Por sua vez, o Presidente De Klerk, em entrevista à CNN, declarou-se "ansioso" por chegar rapidamente um acordo de partilha do poder na Conferência para uma África do Sul Democrática (Codesa) "tão depressa quanto seja humanamente possível".

De uma forma geral, a imprensa sul-africana de ontem reflecte o clima de optimismo e alívio criado pela esmagadora vitória do "sim" no referendo de terça-feira, e especula sobre o futuro da direita. Sublinham os analistas que a "frente do não" está longe de ser homogénea. O Partido Conservador poderá a dividir-se e a extrema-direita neonazi radicalizar-se.

Os conservadores de Andries Treurnitch recusaram repetidamente o convite para participarem nas conversações da Codesa. "A porta continua aberta", disse-lhes o Presidente De Klerk, antes e após a sua vitória. "É preciso que eles aceitem a ideia de que o processo é irreversível e que não se pode voltar aos antigos jogos e a uma política que não conseguiu ter êxito ao longo de 40 anos". Idêntica mensagem foi enviada por Nelson Mandela que apelou ao "fair play" dos vencidos, pedindo-lhes que se juntem à Codesa.

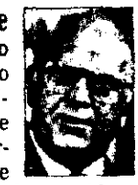
Treurnicht reafirmou a intransigência: "Não negociaremos. A luta pela liberdade e pela sobrevivência continua, de uma maneira ainda mais enérgica do que antes". Mas admite-se que possa haver deserções no partido.

Por seu lado, o líder neo-nazi Terre Blanche reagiu à derróta com o seu habitual discurso apocalíptico, dizendo que os brancos se devem "preparar para uma terrível revolução".

Também entre os sectores negros radicais se fazem já sentir os efeitos do referendo. O Zimbabwe está a pressionar o PAC (Congresso Panafricano) a aderir à Codesa, declarou à Reuter um alto funcionário de Harare. O PAC, que mantém relações estreitas com Zimbabwe, tem recusado as conversações, dizendo que delas sairá uma "falsa" democracia multi-racial. ■

PÚBLICO Quinta-feira 19 de Março 1992

Frederik de Klerk



Apostou e ganhou o desafio do ano, liquidando de vez o "apartheid". De Klerk não o faz por idealismo mas porque isso é necessário à sobrevivência do seu povo. Espera-o, em Abril, uma etapa tão difícil como o referendo: a negociação com Mandela de um acordo para um governo de transição.

De Klerk: a semana de ouro

PRETÓRIA – do nosso enviado
Benjamim Formigo

PARA o Presidente sul-africano, Frederik De Klerk, foi uma boa semana. No mesmo dia em que completou o seu 56º aniversário viu consagrada por uma espantosa maioria a sua política negocial de transição para um Governo de maioria — inevitavelmente negro.

Nesse mesmo dia, e no preciso momento em que, na Cidade do Cabo, De Klerk fazia o seu discurso da mudança, a chuva caía abundantemente em algumas regiões do Transvaal — afectado pela maior seca deste século. Para os xhosas, a chuva é um bom sinal de prosperidade. Claro que, tal como as chuvas que caíram durante algumas horas são insuficientes para pôr termo à seca, também a esmagadora vitória do «sim» nestas últimas eleições só para brancos é apenas o primeiro passo da mudança (**ver Caderno Internacional**).

Frederik De Klerk alternou o discurso em inglês com o afrikaner e ao dirigir-se ao país nesta última língua citou profusamente N.P. Van Wyklow e Fagan, dois poetas com profundas raízes entre os afrikaners. Fez questão de responder às exaltações dos poetas, afirmando que desta terra se levantará algo de novo e muito grande.

Em relação às críticas de Nelson Mandela e do ANC sobre «o referendo só para brancos», o Presidente sul-africano esclareceu com todo o ênfase: **«Fomos nós, minoria branca, quem iniciou o 'apartheid'. É por isso normal que sejamos chamados para acabar com ele»**. E, por entre aplausos de uma multidão delirante, acrescentou: **«Fechamos hoje o livro do 'apartheid'. Hoje nasceu uma nova África do Sul»**.

Soweto atento

Ao mesmo tempo que a sua voz se fazia ouvir pelo país através da rádio, no Soweto foram muitos os que aplaudiram sem reservas as palavras do Presidente.

Durante a tarde de quarta-feira, a maioria negra, impedida de votar pela última

(Continua na última página)

(Continuação da 1ª página)

vez, seguia atentamente na rádio a evolução dos resultados. **«Estamos a ganhar com 65,5 por cento dos votos contra os 35,5 dos boers»**, comentava excitada Mavis, empregada num supermercado do Soweto, pouco mais de uma hora depois de importantes manifestações em todo o país, e a seu lado uma cliente sublinhava, referindo-se aos afrikaners (que se admitia irem votar quase maciçamente no «não» às negociações): **«Esta terra é nossa, não é deles. Deus deu esta terra a todos nós. Vamos negociar e conseguir uma nova África do Sul em que brancos e negros vão aprender a viver juntos»**.

No mesmo dia em que Frederik De Klerk recebia o apoio internacional, reforçava a sua posição negocial com a maioria negra sul-africana e quase se tornava um herói no Soweto, as ruas de Pretória, Joanesburgo e Cidade do Cabo recordavam-lhe que a maioria negra ainda não recebe a atenção que merece. Enormes manifestações contra o IVA sobre produtos alimentares básicos, medicamentos e outros produtos de primeira necessidade percorriam as ruas destas cidades, chamando a atenção do ministro das Finanças, Du Plessis, que nessa mesma ocasião apresentava ao Parlamento, na Cidade do Cabo, o Orçamento de Esatdo para este ano. À frente das «manifs» marchavam proeminentes figuras do ANC.

Na capital, Pretória, os manifestantes percorreram três quilómetros sob um sol escaldante. **«Nunca tinha visto uma manifestação deste tamanho em Pretória. Não é possível desligar esta dimensão daquilo que parece vir a ser a vitória do 'sim'»**, comentava uma militante branca «anti-apartheid» apontando os esforços feitos pelo ANC para controlar a marcha. **«Habitualmente estas marchas são uma confusão. O ANC está obviamente a tentar manter uma imagem disciplinada»**.

Horas depois de conhecida a dimensão da vitória de Frederik De Klerk, Nelson Mandela aparecia frente aos jornalistas na sede do ANC na Plein St., no coração de Joanesburgo, para lhe dizer que ele agora «é apenas o líder da minoria branca. As conversações na Codesa têm de avançar rapidamente para um Governo de transição».

(Des) apartheid

Benjamim Formigo

MUITO para além das expectativas optimistas de Frederik De Klerk, o eleitorado branco sul-africano não só acorreu às urnas na maior participação de que há memória no país como deu ao Presidente uma maioria esmagadora que afasta definitivamente as objecções dos sectores brancos mais conservadores.

Ao ultrapassar largamente a barreira dos 55 por cento, aproximando-se vertiginosamente dos 70 por cento dos votos expressos, o mandato de De Klerk tornou-se uma arma de dois gumes.

DE AGORA em diante, a capacidade negocial do Presidente também ficou limitada. A indecisão ou a eventual oposição da minoria branca não poderá ser usada pelo Partido Nacional e os seus aliados conjunturais do Partido Democrático como um argumento para adiar decisões nem para obter concessões especiais dos seus interlocutores negros. O Presidente não tem razões para não avançar decididamente para um Governo de transição com os seus interlocutores e para a conclusão de uma nova Constituição que dê corpo à nova África do Sul.

DE KLERK continua porém a ter um argumento de força: o apoio das grandes empresas sul-africanas e a necessidade que o país sente de promover e dar garantias ao investimento estrangeiro. Mas também a imperiosa necessidade de não afugentar os quadros brancos. Muitos dos que na terça-feira votaram a favor das negociações iniciadas a 2 de Fevereiro pelo Presidente fizeram-no por razões morais — por ser a sua primeira oportunidade de se manifestarem contra a política do «apartheid», imaginada e implantada há décadas pelo Partido Nacional — de Frederik De Klerk —, por entenderem que a Codesa era a última oportunidade para uma solução pacífica e estável na África do Sul e também por saberem que uma vitória do «não» iria provocar a maior onda de greves e de instabilidade social alguma vez ocorrida no país.

SUL-AFRICANOS brancos com um passado de luta con-tra o «apartheid» e que conheceram maus momentos estavam desta vez dispostos a abandonar o país se o «não» saísse vitorioso. Quando a propaganda política a fa- vor do «sim» falava em caos se De Klerk perdesse o referendo, estava a assustar o eleitorado e a motivá-lo para votar. Mas estava também a dizer a verdade. Esta foi a última eleição branca e poucos duvidam de que seria a última eleição branca se o «não» vencesse.

→

A BOLSA de Joanesburgo é dominada por quatro empresas que entre si movimentam mais de 70 por cento das acções. As psanções e o boicote internacional tiveram o seu papel neste fim do «apartheid». A África do Sul não pode, ao contrário do que sustentam os afrikaners mais radicais, continuar a viver isoladamente. Mas se isto é verdade para os radicais brancos não é menos verdade para os radicais negros. E Nelson Mandela cometeu um primeiro erro na quarta-feira ao afirmar inequivocamente que era cedo para a Comunidade Internacional levantar as sanções à África do Sul. Mandela esqueceu, ou foi compelido pelo seu partido a esquecer, que De Klerk deu já todas as provas que poderiam ser-lhe exigidas. A Comunidade Internacional vai levantar as sanções e o ANC se quer participar no Governo tem de lutar por isso e não pedir o apoio das sanções para o conseguir. Se quer manter a credibilidade internacional não pode radicalizar-se.

Se Frederik De Klerk tem contra si a força imensa de um mandato para a mudança também tem a confiança desses 68,7 por cento para garantir os seus direitos como minoria.

NELSON Mandela não o ignora. Não foi por acaso que o ANC se manteve discreto nestas três semanas de campanha intensa. Como não foi por acaso que o grande capital sul-africano pagou páginas e páginas aos jornais e quantias incalculáveis às melhores agências de publicidade. Porém, a verdade é que quase um milhão de sul-africanos também votaram contra as conversações. E isso é uma realidade que não pode ser ignorada pelos políticos envolvidos nas negociações. O ANC moderou a sua posição e hoje em dia não fala em nacionalizações — embora queira evitar mais privatizações que o actual Governo está disposto a fazer.

A PRIMEIRA baixa deste referendo vai muito provavelmente ser o KP (Partido Conservador), que, aliado aos neonazis do AWB, liderou a campanha pelo «não». Os seus líderes nunca conseguiram um acordo sólido contra o «não» e não será de espantar que uma facção do partido se autonomize e participe na Codesa. Mas o chefe Buthelezi, o líder zulu, que se tem mantido à margem, com o mesmo argumento dos conservadores — a Codesa não prever a autodeterminação —, também irá sentir o peso desse afastamento.

O LIVRO do «apartheid» foi fechado na terça-feira. A Terceira Força, cuja existência De Klerk recentemente reconheceu — os grupos subterrâneos com eventuais ligações ao poder que fomentam a violência étnica entre negros —, têm de ser controlados. Mas os problemas tribais não vão ser de fácil resolução. O referendo, com o seu esmagador resultado, não passa de um primeiro passo num caminho que, embora com soluções de Governo muito provavelmente aceleradas até ao final deste ano, está muito longe do fim. As duas comunidades têm de aprender a viver juntas e a esquecer aquilo que durante três gerações foi incutido nos sul-africanos.

PÚBLICO SÁBADO, 21 MARÇO 1992

Fim das sanções a Pretória

A presidência portuguesa da CE vai propor aos Doze, no seguimento do sucesso do referendo na África do Sul, que seja pedido à ONU o levantamento das últimas sanções contra Pretória, anunciou ontem em Bruxelas um porta-voz da presidência. Trata-se do embargo imposto pelas Nações Unidas — em várias resoluções, a primeira de Novembro de 1977 — sobre as vendas de petróleo e de armas, e ainda sobre a cooperação nuclear. A Comunidade Europeia associou-se colectivamente às sanções em Setembro de 1985. Elas só poderão ser levantadas por uma nova decisão das Nações Unidas, mas os Doze podem promover a decisão apresentando uma "proposta comum" à ONU. Portugal propôs igualmente o envio à África do Sul de uma "troika" da CE, composta pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Países Baixos, de Portugal e da Grã-Bretanha, tal como o regresso dos adidos militares às embaixadas europeias em Pretória e o reforço da representação diplomática da CE na África do Sul. Estas propostas serão discutidas durante a reunião de directores políticos dos Doze no dia 1 de Abril, em Lisboa. ■

África do Sul reforça cooperação regional

PÚBLICO SÁBADO, 21 MARÇO 1992

O MINISTRO dos Negócios Estrangeiros da Zâmbia, Vernon Mwaanga, e o seu homólogo sul-africano, Pik Botha, encontraram-se quinta-feira de manhã em Joanesburgo com o objectivo de abordar um plano para defrontar a mais grave seca do último século na África Austral. Esta reunião pode ser o primeiro passo para uma mais intensa cooperação regional.

O ministro Botha disse que os vários países da região estão a encarar um projecto conjunto para importar entre 10 a 12 milhões de toneladas de cereais nos próximos meses. Se o projecto for aprovado, cerca de 220 navios transportarão os cereais para os principais portos da África do Sul, de onde mais de seis mil vagões serão utilizados para suprir o interior da África do Sul, Zimbabwe e Zâmbia.

O ministro zambiano, Vernon Mwaanga, disse que o processo, para garantir o bom andamento das importações, deve gozar da mais alta prioridade nas várias redes dos transportes na região.

Pik Botha afirmou que num futuro próximo será realizada na África do Sul, uma reunião na qual representantes de todos os países da região participarão com o objectivo de resolver os problemas criados pela seca. Botha sugeriu que os Governos da África Austral enviassem uma delegação aos Estados Unidos para negociar um preço vantajoso para a importação de cereais. Asseverou que tal delegação poderá até persuadir o Governo norte-americano a doar uma certa percentagem dos produtos alimentares necessários à região.

A reunião proposta poderá transformar-se no primeiro passo rumo à realização de um grande desígnio de Pik Botha, que nunca perde a oportunidade para expor a sua visão sobre uma comunidade económica da África Austral, que considera uma necessidade vital. Segundo Botha, se os países da região não resolverem as suas divergências políticas e não apreenderem a cooperar tanto no campo político como no económico, os grandes blocos internacionais, (CE, América do Norte e Zona do Pacífico) abandonarão o continente africano à sua sorte, como uma experiência fracassada.

Até há muito pouco tempo, os vizinhos da África do Sul preferiam ignorar a experiência do país, mesmo em casos de extrema necessidade. A SADCC (Conferência para Coordenação de Desenvolvimento na África Austral) foi criada com o objectivo e[illegible]fico de reduzir a dependên[illegible] regional da economia sul-africana.

Se o projecto conjunto para importar cereais para a região for bem sucedido, este poderá constituir uma base para ampliar a cooperação económica na África Austral. Se essa Comunidade Económica da África Austral for mesmo criada, seria irónico alcançar um objectivo tão benéfico por meio de uma das piores crises dos últimos tempos.

Além da SADCC, já existem duas organizações com infra-estruturas regionais: a PTA (Preferential Trade Area) e a SACU (South African Customs Union). A PTA inclui quase todos os países da África Austral e Oriental, mas sofre de divisões internas e dedica uma boa parte dos seus esforços a tentar provar a sua viabilidade face à concorrência da SADCC. A SACU, de que fazem parte a África do Sul, Suazilândia, Namíbia, Lesotho e Botswana, é sem dúvida a organização mais eficiente da região, mas perde credibilidade por ser dominada por Pretória. ■

Steven Lang, em Joanesburgo

De táxi e depressa para o capitalismo

PÚBLICO
TERÇA-FEIRA, 17 MARÇO 1992

Steven Lang,
em Joanesburgo

A população negra da África do Sul dá os seus primeiros passos no sistema capitalista andando de táxi. O desenvolvimento de uma rede alternativa de transportes, usando veículos de dez a 16 assentos, constitui uma manifestação bem visível do primeiro êxito do capitalismo negro.

Em todos os grandes centros urbanos da África do Sul, os táxis do tipo "mini-bus" levam todas as manhãs milhares de pessoas aos seus postos de trabalho e, oito horas mais tarde, trazem-nas de volta às suas casas. Os Toyotas Hi Ace, Nissans E20 e Mitsubishi Starwagons predominam nas estradas, ligando as áreas residenciais dos negros às áreas industriais e aos centros das grandes cidades. Este sector da economia sul-africana cresceu por causa da ineficiência dos transportes públicos existentes e como resultado da iniciativa de pequenos empresários.

Até há muito pouco tempo, a via férrea, que liga Soweto a Joanesburgo, era o principal meio de transporte entre os dois maiores centros urbanos do país. O comboio é relativamente barato, mas não serve as áreas mais afastadas de Soweto, e muito menos em Joanesburgo. As carruagens ficam superlotados nas horas de ponta e tornam-se desagradáveis e excepcionalmente perigosas: quando os criminosos atacam, as vítimas não têm para onde fugir. Nos últimos dois anos, inúmeros massacres tiveram lugar nestes comboios.

Somente uma companhia de autocarros, a PUTCO, autorizada pela administração provincial, tem o direito de transportar passageiros nas rotas entre Joanesburgo e os subúrbios negros. Como no caso de quase todos os monopólios, a PUTCO nunca fez questão de atender as necessidades dos seus clientes. Agora com o fortalecimento dos táxistas negros, a PUTCO encontra-se à beira da falência.

Em geral, o motorista do táxi é o seu próprio dono. No entanto, alguns indivíduos alugam os seus veículos a outros motoristas e, outros, mais bem sucedidos, já conseguiram comprar dois, três, ou até uma meia dúzia de mini-bus.

Logo depois do nascimento deste sector de transportes, os motoristas formaram associações para protegerem as rotas e as praças de táxis. Para estacionar um veículo numa praça específica, o motorista tinha que pertencer à associação local. Em seguida foi formada uma federação, incluindo todas as associações do país — a SABTA — South African Black Taxi Association — que tem como objectivo proteger os interesses dos motoristas.

Sem lei

As principais tarefas da SABTA incluem promover o treinamento dos motoristas e a segurança dos veículos. Os "Black Taxis" são conhecidos pela falta de respeito às leis do trânsito — ultrapassam os limites de velocidade, param em qualquer lugar nas estradas para apanhar mais um passageiro, e quase sempre andam superlotados — veículos registados para transportar 16 pessoas, levam 20 ou mais. O índice de mortalidade nos táxis é altíssimo, já que dez ou 12 pessoas morrem cada vez que acontece um acidente grave.

A SABTA dedica-se também ao trabalho, frequentemente fútil, de fazer as pazes entre as várias associações locais. No ano passado estoirou uma guerra entre duas associações em Katlehong (um subúrbio negro a leste de Joanesburgo), vitimando dezenas de motoristas e alguns passageiros. Quando a calma foi restaurada naquela área, a guerra dos táxis eclodiu novamente na região do Cabo Ocidental entre as Associações WEBTA e LAGUNA. Mais uma vez, morreram pessoas para o defenderem um terreno onde se pode estacionar táxis.

Apesar destes e de outros problemas, o crescimento da indústria dos táxis de modelo para os empresários negros, mostrando que o capitalismo tem um futuro entre uma população que está ainda a livrar-se da segregação racial.

O Governo do Partido Nacional na África do Sul sempre defendeu, publicamente, a ideologia capitalista. Mas, na realidade, o sistema foi aberto somente aos brancos. A população não branca não pode abrir lojas nos centros urbanos e a burocracia do apartheid sempre impediu empresários negros de participarem livremente da economia sul-africana. ■

A VIOLÊNCIA prossegue nos subúrbios negros de Joanesburgo. Ontem morreram pelo menos 14 pessoas na sequência de confrontos entre grupos negros rivais no Soweto e em Alexandra, o que fez aumentar para 270 o número de vítimas da violência desde que o Presidente Frederik De Klerk anunciou a realização de um referendo sobre a continuação das reformas.

Mas não é só entre a população negra que a violência se tem registado. Terroristas ligados a grupos de extrema-direita, conotados com o Movimento de Resistência Afrikaner (AWB), que se opõem à realização do referendo, têm sido responsáveis por vários ataques nos últimos dias. Na manhã de ontem uma bomba de fabrico artesanal foi atirada para dentro da residência do director de uma escola para brancos que decidira abrir as portas do seu estabelecimento de ensino a alunos negros.

A própria campanha eleitoral tem sido "contagiada" por este clima de violência. Os cartazes que apelam ao voto no "sim" mostram um homem com a cara tapada, armado com uma pistola ou partidários da organização de extrema-direita AWB, vociferando e agitando uma bandeira nazi. "Como é que vão explicar aos vossos filhos que não se incomodaram em ir votar?", pergunta a legenda do cartaz. O objectivo é claro: evitar a abstenção, uma das hipóteses que mais preocupa os apoiantes de De Klerk.

Por seu lado, os partidários do "não" jogam na sua campanha com o receio da população branca de que os negros venham a dominar o país. Um dos seus cartazes mostra o Presidente De Klerk ajoelhado aos pés do líder do Congresso Nacional Africano (ANC), Nelson Mandela. Outros, jogando com a contradição, pedem "Votem sim, votem pelo ANC". ■

Mandela agradece aos países áfro-asiáticos

PÚBLICO
DOMINGO, 22 MARÇO 1992

Jorge Heitor

No fim-de-semana em que o Congresso Nacional Africano (ANC) e o Congresso Pan-Africano (PAC) assinalaram o aniversário do massacre de Sharpeville, que em 21 de Março de 1960 causou 67 mortos e 180 feridos, Nelson Mandela anunciou em público que o seu movimento tem estado a contar essencialmente com o apoio financeiro de países asiáticos e muçulmanos.

Mandela, que está de visita à província do Cabo, revelou que nos dois últimos anos conseguiu 44 milhões de dólares para o ANC (mais de seis milhões de contos), tendo o maior de todos os contributos, dez milhões, sido o de Jacarta. "Chegámos à Indonésia num sábado ao fim da tarde e pedimos dez milhões de dólares. E no dia a seguir deram-nos um cheque de dez milhões."

Depois, a Nigéria, a Índia e a Malásia deram cinco milhões cada, a Líbia e Marrocos dois, o Senegal um milhão e a Tunísia 500.000 dólares — informou Mandela, que se disse sobretudo desiludido com os escassos 100.000 dólares recebidos do sultão do Brunei. Sir Muda Hassanal Bolkiah Mu'izzadin Waddaulah, tido por o homem mais rico do mundo — e cujas cavalariças são dotadas de ar condicionado.

Durante estes últimos dias, o presidente do ANC defendeu também as suas relações com os líderes da OLP, Yasser Arafat, da Líbia, Moammar Kadhafi, e de Cuba, Fidel Castro, dizendo que nenhuma pessoa de princípios esquece os velhos amigos, especialmente "quando são dados os últimos passos para a liberdade".

No entanto, conforme especificou, o "irmão Kadhafi" só deu dois dos dez milhões de dólares pedidos, tendo-se mostrado muito menos generoso do que os generais Suharto e Ibrahim Babangida, que lhe entregaram a quantia exacta por ele solicitada.

Nelson Mandela presidiu às celebrações do aniversário do massacre de Sharpeville na localidade de Khayelitsha, na província do Cabo, enquanto outras figuras cimeiras do ANC — o presidente honorário, Oliver Tambo, e o vice-presidente Walter Sisulu — o faziam na própria localidade do Tranaval onde os acontecimentos de 1960 tiveram lugar.

As cerimónias do PAC, autor da campanha contra o passe para negros que levou à chacina de Sharpeville, campanha de que na altura o ANC se distanciou, por a considerar esquerdista e insuficiente preparada, decorreram à parte, tendo falado na ocasião o respectivo presidente, Clarence Makwetu. O líder do PAC aproveitou para atacar simultaneamente o ANC e De Klerk. Disse que Mandela estava a trair a maioria negra nas negociações com o Governo e que De Klerk estava a fomentar a violência para "dividir e reinar", de forma a manter a dominação branca.

A verdadeira força do PAC é uma das incógnitas da África do Sul, nesta fase de transição para a democracia multipartidária, mas admite-se que e manter-se à margem, na extrema-esquerda do espectro político, possa vir a dificultar ao ANC a conquista de uma maioria absoluta no futuro parlamento.

Entretanto, Mandela fez igualmente um acto de contrição, dizendo que o seu movimento se tem preocupado muito com os negros e negligenciado os mestiços e os indianos (grupos que Frederik de Klerk está a procurar atrair às fileiras do Partido Nacional).

Por outro lado, ao visitar a escola secundária do Langa, na zona do Cabo, pediu desculpa aos professores brancos pelas injustiças às vezes cometidas por alguns negros e agradeceu-lhes os sacrifícios que têm feito; e incitou os jovens a tirar cursos universitários, "a fim de estarem preparados para quando chegar o dia da liberdade". Mandela, que tem 74 anos, reconhece estarem os seus dias "perto do fim", mas espera ter ainda tempo para ser presidente de todos os sul-africanos.

Não são, porém, as intervenções públicas de Nelson Mandela nem as celebrações da chacina de Sharpeville que nestes últimos dias têm feito as primeiras páginas da imprensa de língua inglesa que se publica na Cidade do Cabo.

A preocupação básica dos jornais sul-africanos na sexta-feira e no sábado, depois de conhecidos e comentados os resultados do referendo, foi — nem mais nem menos — a separação dos duques de York, que ocupou quase todas as primeiras páginas e mais algumas interiores, com fotos de Sarah, André e... Koo Stark, a antiga vedeta porno que poderá voltar agora para os braços do príncipe. ■

Polícia em alerta

PÚBLICO
SÁBADO 21 MARÇO 1992

NELSON Mandela, líder do ANC, voltou ontem a apelar à rápida constituição de um Governo de transição e advertiu que só esse Governo poderia trazer o fim da violência nas cidades negras.

Falando perante uma assembleia de homens de negócios na Cidade do Cabo, voltou a acusar as forças de polícia de estarem implicadas "ao mais alto nível" na recente vaga de violência. "Ou o NP (Partido Nacional, no poder) perdeu o controlo das forças de segurança... ou as forças de segurança fazem o que o NP quer", disse. Um governo de transição teria como um dos seus primeiros objectivos controlar as forças de segurança e tomar as medidas económicas necessárias para pôr termo à violência.

Entretanto, as forças de segurança foram ontem colocadas de prevenção, anunciou a polícia sul-africana em Joanesburgo, enquanto a imprensa admitia o risco de uma vaga terrorista, provocada por radicais de extrema-direita, inconformados com o resultado do referendo.

O executivo da Conferência para uma África do Sul Democrática (Codesa) deverá reunir-se no próximo dia 30, para organizar os trabalhos da já chamada Codesa II, a realizar em Abril, com o objectivo de definir o futuro Governo de transição que, segundo alguns observadores, poderia começar por assumir a forma de um "Conselho" paralelo ao actual Governo. ■

Zach de Beer, líder liberal da África do Sul, ao PÚBLICO

Constituinte pode ser eleita dentro de um ano

SÁBADO, 21 MARÇO 1992

Zach de Beer, que no próximo mês vai a Ribe Pria (Sintra) participar na reunião anual de liberais patrocinada pela fundação alemã Friedrich Neumann, admitiu-nos que possa vir a ser ministro do Comércio, Indústria ou Finanças no Governo Transitório que se deverá formar na África do Sul durante o segundo semestre deste ano.

Em entrevista concedida no seu gabinete no Parlamento, que funciona na Cidade do Cabo, o chefe do Partido Democrático — que nas eleições brancas de 1989 obteve um quinto do eleitorado — reconheceu que deve vir a desempenhar nos próximos tempos um papel chave nas ligações entre o Presidente De Klerk e o ANC.

PÚBLICO — O seu partido teve um papel fundamental na vitória do "sim"?

ZACH DE BEER — Nos círculos eleitorais que temos quase não há presença do Partido Conservador. Nos círculos do Partido Nacional verifica-se, porém, uma forte presença dos conservadores. Daí que nesses tenha sido essencial o nosso contributo.

P. — Pensa agora numa eventual fusão dos Partidos Democrático e Nacional?

R. — Não existem quaisquer planos de fusão. Queremos manter a nossa integridade. A nossa própria identidade, no centro do espectro político: à direita do ANC e à esquerda do Partido Nacional.

P. — Estão abertos a cidadãos de todas as nacionalidades?

R. — Sim. Somos um partido para pessoas de todas as cores, mas não de todas as tendências. Não somos socialistas, nem racistas. Somos liberais, como Anibal Cavaco Silva. E nos dias 28 e 29 de Abril lá estaremos na reunião de Sintra, da Friedrich Neumann. Somos liberais, como o PSD.

P. — Quais são as suas perspectivas quanto a eleições gerais?

R. — Esperamos vir a conseguir 10 por cento do eleitorado. O ANC talvez não fique acima dos 50 por cento, ao contrário do que se pensa neste momento, e o Partido Nacional poderá cotar-se entre os 20 e os 25 por cento, dado que está a procurar atrair os mestiços e os indianos.

P. — O vosso partido é uma espécie de ponte entre o ANC e o Presidente De Klerk?

R. — Temos um importante papel a desempenhar no Governo de Transição, que se deverá formar antes do fim do ano. O ANC desejaria que fosse em Junho, mas ainda há muitos aspectos a resolver quanto a esse período, de modo que poderá ser um pouco mais tarde.

P. — Quem é que chefiará a administração interina deste país?

R. — Talvez se verifique uma alternância entre o Partido Nacional e o ANC. Uma presidência conjunta. São aspectos a debater durante os próximos meses.

P. — Mas já não a troika que De Klerk sugerira no ano passado...

R. — A ideia de troika já não tem crédito. Há dois ou três anos toda a gente pensava que o Inkhata e o chefe Buthelezi representavam uma força importante, mas depois as sondagens demonstraram uma grande queda de Buthelezi, que de modo algum conta com o apoio da generalidade dos zulus, o maior grupo étnico do país. O ANC é uma espécie de Frente Popular, para toda a gente, enquanto o Inkhata é apenas um partido de uma parte dos zulus.

P. — Mas há também quem diga que o ANC é um grupo dominado pelos xhosas.

R. — Tem uma forte presença xhosa na sua direcção, mas também há lá zulus, tswanas e outros.

P. — Que pasta é que o senhor De Beer vai ter no Governo de Transição?

R. — Não sei. Mas durante 14 anos fui director do Anglo-American, virado para o Comércio, a Indústria e as Finanças.

O governo de transição

P. — A extrema-direita diz que o próximo Governo será dominado pelos comunistas.

R. — Isso não tem sentido. Muitos membros do ANC passaram pelo Partido Comunista, e há uma íntima aliança entre as duas partes, o que se explica pelo facto de o PC ter sido o único partido com dirigentes brancos que apoiou o movimento de Mandela quando há 30 anos o colocaram na clandestinidade. Deu-lhe contactos em todo o mundo, através dos quais conseguiu apoio financeiro e moral. O ANC tem uma fortíssima dívida de gratidão para com os comunistas. Mas a política do ANC não é comunista. E até mesmo a política do PC em 1992 já não é comunista!

P. — O Governo de Transição é para quanto tempo?

R. — Um ano e meio, dois anos.

P. — Entretanto será eleita a Assembleia Constituinte e redigida uma Constituição?

R. — Talvez no início de 1993 se eleja a Constituinte. O Partido Democrático defende que todas as decisões sejam tomadas por uma maioria de 70 por cento, que o principal partido da Assembleia Constituinte ou de uma Conferência Constitucional concorde com elas e que o Governo também esteja de acordo. Pretendemos o mais amplo consenso quanto à futura Constituição.

P. — Há quem diga que a continuação da violência impede a realização de eleições gerais.

R. — Não creio. Pode haver centenas de pessoas mortas todos os meses e a vida continuar normalmente no resto do país.

P. — Qual a diferença entre eleições para a Constituinte e eleições gerais, com pouco mais de um ano de diferença?

R. — No primeiro caso é só escolher as pessoas que vão tratar de elaborar a Constituição. No segundo os diferentes grupos terão de apresentar ideias concretas à consideração do eleitorado, terão de ter programas políticos. O ANC não pode continuar tão indefinido. Tem de se transformar em partido e de ser mais preciso quanto aos seus objectivos. Designadamente, dizer de uma vez por todas se é ou não pelas nacionalizações.

De Klerk e Mandela

P. — Prefere que a Constituição determine a eleição directa do Presidente da República ou a sua escolha pelo Parlamento?

R. — Prefiro a eleição directa; e separada das eleições legislativas.

P. — De Klerk poderia vir a ser eleito Presidente?

R. — É improvável que ganhe eleições contra Mandela, mas poderiam sempre chegar a um acordo. Os poderes presidenciais têm de diminuir. Necessitamos de um forte primeiro-ministro, como em Portugal.

P. — De Klerk Presidente e Mandela primeiro-ministro?

R. — Ou vice-versa. De Klerk é quase 20 anos mais novo.

P. — Como vê a sucessão de Mandela à frente do ANC?

R. — Cyril Ramaphosa é o grande favorito.

P. — Está optimista quanto ao futuro da África do Sul?

R. — Encontro-me na oposição há 45 anos e sempre acreditei que os brancos deveriam compartilhar o poder. Agora vejo isso acontecer. Temos esperança, o que antes não acontecia. Vamos no caminho certo.

P. — A extrema-direita não acredita na capacidade dos negros para gerir o país.

R. — O problema existe mas não é tão sério como querem fazer crer. Não vai ser fácil, mas na África do Sul temos muito mais brancos do que noutros países africanos, brancos que não vão partir para a Inglaterra nem para mais lado nenhum; ficam aqui. E os negros têm mais preparação do que na generalidade dos outros países do continente. Nos bancos, nas fábricas, nas minas... ■